

A História como discurso: Foucault e os saberes na Modernidade

Taís de Cássia Badaró Alves*

Doutoranda pelo Programa de Sociologia Política da UENF; Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (USS); Especialista em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (FFC); Professora de Ciência Política e Teoria do Estado da UNIG-Campus V. taisbadaro@yahoo.com.br

Marlene Soares Freire Germano*

Mestre em Educação. Professora da Universidade Iguazu/Campus V

Resumo

O presente trabalho pretende analisar a abordagem de Foucault acerca da história como discurso e como lugar de enunciação do poder. Seguindo essa premissa, propõe colocar em debate a questão da legitimidade da história como saber constituído e a perspectiva da crítica pós-moderna às concepções para as quais a existência de referentes independentes da consciência e da linguagem são, por conseguinte, condição para a produção do conhecimento.

Palavras-chave: História; Discurso; Poder; Modernidade.

Abstract

This present work intends to make an analyze the study of Foucault about the history as a speech and as a place of the enunciation of the power. So, pretends talk about the legitimacy question of history as know of critic in the postmodernity and the ideas independent of mind and language are, with these things means for production of general know.

Keywords: History; Speech; Power, Modernity.

Sumário: 1 Introdução. 2 O anti-realismo e a pós – modernidade: breve caracterização. 3 Narrativa e mundo real: a recepção a Foucault na historiografia. 4 Um balanço de perspectivas: Foucault postula uma “anti-história”? Conclusão. Referências.

Introdução

Há algumas décadas que o ofício do historiador – e dos cientistas sociais, em geral – encontram-se atravessados por questionamentos que podem ser agrupados em duas orientações: a continuidade e a descontinuidade entre a narrativa e o real. De forma recorrente, algumas questões marcam o acalorado debate: “pode o homem conhecer a realidade física social como algo exterior ao indivíduo?”; “que relação existe entre a narrativa histórica e os fatos que descreve?”. Ainda que a intensidade do debate já tenha,

em certa medida, se acalmado, o exercício de reflexão se justifica como parte dos enfrentamentos que se colocam diante do historiador.

É fato que a produção historiográfica se viu profundamente afetada pelas diferentes orientações assumidas como resposta a esses desafios. A perspectiva da descontinuidade – no campo dos estudos históricos – se fez por meio do que se convencionou chamar “virada estruturalista. No âmbito da produção historiográfica, essa dinâmica foi protagonizada por Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Hayden White¹, Dominick LaCapra, entre outros.

Na tentativa de pontuar esses embates que se referem ao processo de produção do conhecimento, este trabalho parte de uma caracterização geral da atitude pós-moderna para dar ênfase aos posicionamentos de Foucault em relação aos saberes constituídos. Procura também assinalar a recepção ao filósofo no meio historiográfico – com todo o impacto e os efeitos produzidos – para, por fim, pontuar algumas implicações e contraposições advindas da redução da história à modalidade do discurso.

A iniciativa deste texto não se configura em uma proposta original, haja vista a recorrência a esse debate, mas constitui-se em uma tentativa de fazer valer uma pequena fração das muitas discussões traçadas na contemporaneidade acerca do estatuto do conhecimento – em especial no âmbito das Ciências Sociais.

2 O anti-realismo e a pós – modernidade: breve caracterização

“Um dos pontos de partida foi a constatação, a partir de estudos antropológicos como os de Clifford Geertz, de que a concepção ocidental moderna acerca do sujeito humano é peculiar, nada tem de universal.”

(Ciro Flamarion CARDOSO)

A observação do historiador brasileiro Ciro Flamarion Cardoso à título de abertura desta seção, sugere a proporção alcançada por um debate recorrente no campo da produção do conhecimento. Segundo as formulações denominadas pós-modernas, toda e

¹ Em especial, destacam-se as proposições de H. White, historiador norte-americano, que negam qualquer diferença entre história e literatura, pelo caráter ficcional presente em ambas. Desta forma a história não seria mais do que uma retórica e uma criação estética.

qualquer narrativa apresenta-se como produto da construção do imaginário, em que textos e realidades (a que tais narrativas pretensamente se referem) encontram-se em planos distintos. Sendo assim, as mais diversas operações para a assimilação entre ambos, constituem-se em mecanismos de poder – mecanismos que se encontram presentes nas reflexões de Foucault acerca dos saberes constituídos.

Nas vertentes que levaram tal proposição às últimas consequências (talvez em um contexto mais caloroso dos embates) e que foram consideradas, por muitos, como uma forma de relativismo radical, pressupõe-se que as interpretações acerca de um dado tema, são múltiplas, rejeitando-se por completo, critérios válidos para a escolha entre elas. Segundo essa orientação, o observador faz parte integrante daquilo que estuda – o que incorre na negação do caráter científico, objetivo e racional do conhecimento produzido. A perspectiva analítica, estrutural e a abordagem macro se apresentam, assim, como “ilusões científicistas”.

De modo geral, nestes tempos definidos por muitos como pós- modernidade, as ciências sociais se apresentam como meras construções ou representações que afirmam poderes diversos e fundam uma autoridade limitadora dos saberes alternativos. Dito isso, no âmbito mais específico da História, haveria histórias como expressão de determinadas posições e grupos (que compartilham premissas) e que assim constroem o seu discurso: “lugares de onde se fala”.

A atitude pós-moderna, cabe observar, rejeita a possibilidade de que qualquer coisa se constitua independente da linguagem e da interpretação. Nesse nível de reflexões, a noção de “percepção” se fragiliza ou não pode ser concebida como recepção imediata e transparente.

Aplicadas à História, tais premissas ao decretarem a “morte dos centros” e a “incredulidade em relação às metanarrativas”, desautorizam os lugares de poder de onde se fala, questionando sua legitimidade e denunciando seu caráter arbitrário e articulador de interesses.

É possível afirmar que a legitimidade do conhecimento desde há muito vem sendo interrogada, conforme se pode ver abaixo.

O anti-realismo epistemológico, ponto central das posições pós-modernas, não é, entretanto, uma invenção delas: é de fato bastante antigo[...] Para David Hume, em pleno século 18, a legitimidade do conhecimento dependeria inteiramente da natureza humana [...] das operações mentais, aquilo cuja constância permite explicar o resto do que deve ser explicado. (CARDOSO, 2005, p. 55).

Ainda nessa perspectiva de demonstrar a presença desse debate em produções bem anteriores ao “boom” da pós-modernidade, outras proposições apontadas por Cardoso (2005), ilustram o fato de que

[...] o homem não pode escapar de seu próprio sucesso, não lhe resta mais remédio do que adotar as condições de sua própria vida: já não vive somente num universo puramente físico mas, sim, num universo simbólico;[...] O homem já não pode enfrentar a realidade de modo imediato; não pode vê-la, digamos, frente a frente.(CASSIRER, apud CARDOSO, 2005, p. 56).

Referindo-se à posição moderna na história, Francisco Falcon (2000) destaca que as várias escolas ou tradições historiográficas dos séculos XIX e XX, apesar das diferenças, partilham de “uma espécie de realismo histórico”. O conceito de representação, para esta perspectiva presente na historiografia moderna, afirma a consciência racional. Isto pressupõe o fundamento do realismo ontológico segundo o qual o sujeito do conhecimento é capaz de conhecer as coisas.

A perspectiva pós-moderna, contudo, trouxe uma mudança radical em relação às concepções acerca do sujeito e objeto do conhecimento, firmando-se posições que oscilam entre a negação da realidade e a constatação de seu caráter incognoscível. Tais proposições colocam o estatuto da história em questão e seu arcabouço filosófico apóia-se na crítica ao evolucionismo e à noção de progresso. Para serem melhor compreendidas, suscitam o reconhecimento do contexto em que emergiram.

A pós-modernidade, cumpre observar, não pode ser desvinculada de uma atitude pessimista em relação às projeções que se fizeram no seio das teorias explicativas do social. Estas passaram a ser vistas como ilusões cientificistas, caindo por terra, para muitos, as noções de causalidade, objetividade científica e realismo.

Cabe, portanto, na sequência das reflexões propostas, pontuar em que medida a produção de Foucault se insere nesse debate, e mais especificamente, como afetam ou atuam sobre a produção historiográfica.

3 Narrativa e mundo real: a recepção a Foucault na historiografia

“É bom lembrar que Foucault não se pretendeu historiador, embora poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele. Afinal, muito antes do

sucesso da “história cultural”, o filósofo insistia na idéia nietzscheana de que “tudo é histórico”, e portanto, de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador.”

(Margareth

RAGO)

O contato um pouco mais estreito (mas não ainda suficiente) com as proposições que marcaram a entrada de Michel Foucault no campo das reflexões acerca dos saberes – mais especificamente a História – impulsionaram as escolhas feitas neste trabalho. Em uma dinâmica de mudança de paradigma, a questão do homem enquanto sujeito e objeto do conhecimento apresentou-se como aspecto muito (re)visitado nos debates.

Foucault, nesse sentido, reflete sobre o processo de constituição dos homens em sujeitos, articulando o debate acerca do poder existente sob a forma de relações perpassadas pelos discursos. Em sua crítica aos saberes constituídos, afirmou o aparecimento do homem como sujeito e objeto por meio do discurso fundante da episteme moderna, sob uma perspectiva cartesiana.

Cabe observar que o impacto de Foucault na historiografia se dá, por volta da década de 1960, em meio a uma onda intelectual (alicerçada em Nietzsche e Heidegger²). Esse movimento, contou com Gilles Deleuze, Jacques Derrida entre outros, e destacou-se por decretar o fim da afirmação de certezas, colocando em questão a legitimação da civilização ocidental em seus sentidos inequívocos.

Tal movimento intelectual configurou-se em uma negação da explicação em favor da hermenêutica relativista. Em todos os níveis, as certezas do passado entravam em crise. Nesse cenário em que Foucault ocupa um “lugar” de expressão, um aspecto em especial encontrou espaço na obra do autor: os processos de disciplinarização e de novos tipos de coerção, desenvolvidos no século 19. Analisando este processo de “disciplinarização”, o filósofo identificou, na produção e aplicação de certos conhecimentos que se autoreferenciavam como ciência, saberes postos a serviço do poder.

Foucault convida, assim, à crítica da episteme moderna, pelo reconhecimento da construção de saberes constituídos por certos discursos com pretensões à universalidade. Expressão dessas interrogações são levantadas por Foucault em trabalhos que se tornaram emblemáticos para a crítica dos saberes constituídos e que limitam-se, nesse exercício de reflexão, a serem mencionados. No “*A História da Loucura (1978)*”, o autor contesta a

² Abordados em suas formulações irracionistas.

relação necessária entre loucura e internamento, além de pensar os valores e a imagem construída por meio dos discursos, acerca do louco. Na obra “*Arqueologia do Saber (1972)*”, a noção de enunciado explicita a relação discurso e subjetividade, uma vez que o enunciado implica uma posição do sujeito – inscrito que está, no discurso e na história. O autor ao referir-se a essa subjetividade, remete a um determinado lugar e momento social historicamente produzidos. Para Foucault, o discurso será visto como “[...] a ordenação dos objetos [...] e não apenas como grupos de signos, mas como relações de poder”. (FOUCAULT, 1972, p. 48-49).

Na forma de aulas ministradas, nos anos de 1975-1976, na França, Foucault, analisando a narrativa histórica em sua historicidade, dá forma ao livro “*Em defesa da sociedade (2005)*” onde observa que

O discurso histórico, o discurso dos historiadores, essa prática que consiste em narrar a história permanece por muito tempo o que ela era de certo na Antiguidade e o que era ainda na Idade Média: ela permaneceu muito tempo aparentada com os rituais de poder. Parece-me que se pode compreender o discurso do historiador como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder. (FOUCAULT, 2005, p. 76).

Postulando uma perspectiva acentuadamente crítica em relação aos saberes e seu processo de constituição, Foucault abordou a história não como um reencontro, uma afirmação das continuidades, mas como um corte, uma desconstrução.

Segundo tais proposições, a história – esse saber constituído – se apresentaria, então, como um campo de relações de força a serem desbaratadas pelo historiador. Em um tratado genealógico e arqueológico, Foucault descarta qualquer possibilidade de um saber neutro.

O ponto central das análises de Foucault em relação aos historiadores, despertou para uma nova problematização da História, (des)velando as categorias por meio das quais o historiador constrói seu discurso e sob que bases a narrativa histórica se alicerça. O filósofo tratou de investigar como as referências do paradigma da modernidade se constituíram.

No âmbito da análise dos discursos, Foucault estabeleceu a necessidade premente de marcar o estatuto do sujeito: saber, numa formação discursiva, quem fala, de onde fala e sob que condições, a fim de reconhecer a autoridade do discurso. Segundo tais

proposições, o documento histórico escrito não deveria mais ser considerado como uma fonte detentora de verdades absolutas e imparciais, tornando-se necessária uma análise externa do discurso que encerra. A história para Foucault, se constituía, assim, em uma prática discursiva que atua na elaboração do real. Cabe ao historiador, dessa forma, procurar compreender as relações de poder – relações de força que não podem ser desconsideradas na abordagem do passado histórico: objeto por excelência fundado sob a perspectiva historicista.

4 Um balanço de perspectivas: Foucault postula uma “anti-história”?

“Sem dúvida que os processos de semiose estão presentes em tudo no mundo social humano; mas se dele constituem uma dimensão onipresente, não o esgotam. Pretender o contrário é apenas mais um tremendo reducionismo.”

(Ciro Flamarion CARDOSO)

Há muito que os vícios impressos pela perspectiva historicista vêm sendo enfrentados no âmbito da produção do conhecimento histórico. Tais vícios constituíam-se em premissas que atrelaram a história ao mito da neutralidade científica, especialmente em sua versão metódica³. Sobre esses vícios, Reis (1999, p.13) observa que, “A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto”.

A contundente crítica a essa história historicizante foi desenvolvida pelos *Annales*⁴ e oportunizou uma expressiva renovação dos estudos históricos. No âmbito dessa produção, contudo, estabeleceu-se uma divisão: por um lado procurou-se manter a vinculação com os parâmetros da episteme moderna, e por outro, configurou-se uma significativa abertura aos referenciais da pós-modernidade.

Como crítica a uma história historicizante é válido destacar o alerta quanto às abordagens que supervalorizaram – no âmbito da produção moderna – a perspectiva da

³ A produção metódica, fundada no século XIX, na Alemanha com Ranke, estabelecia, entre outros postulados que não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados.

⁴ Escola ou programa que recepcionou a produção de Foucault no contexto de afirmação da Nova História, e que desde as últimas décadas do século XX, ainda se apresenta como forte referência no cenário historiográfico.

evolução social. Nunca é demais repetir que o historiador não deve desconsiderar os limites das premissas pautadas nessa concepção – tão combatida pelos postulados pós-modernos. Nesse sentido, convém observar.

Temos que elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado não contém apenas a semente de um futuro pré-determinado e inescapável, mas sim a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar convertendo-se em dominante, por razões complexas, sem que isso signifique que é o melhor, e nem por outra parte que os outros estejam totalmente descartados. (FONTANA, 1998, p. 275).

Considerando que Foucault chega para o meio historiográfico no contexto dessa reorientação mencionada, tornou-se válido indagar – o que foi feito de forma ampla por um recorrente debate – se, segundo uma perspectiva foucaultiana, a história, enquanto saber constituído, teria salvação, ou validação. Esta indagação uma vez formulada, imediatamente suscita uma outra: é possível falar em uma anti-história em Foucault?

O “efeito Foucault” na historiografia, por essa perspectiva acima levantada, pode muito bem ser expresso por um certo desconforto inicial. Os questionamentos lançados pelo filósofo, minimamente, levaram e ainda levam os historiadores (de ofício) a indagar que possibilidades restam, quando o passado passa a se reduzir a discursos, e, na esteira dessas proposições, os documentos passam a ser reduzidos a monumentos.

Quanto a esse aspecto, talvez seja válido abrir espaço para as observações de Cardoso (1997), emblemático pelo enfrentamento (um tanto radical, em um primeiro momento, à proposta da pós-modernidade). O autor observa que

A denúncia da ciência e do racionalismo como terrorismo a serviço do poder está longe de significar que os pós-modernos, uma vez encastelados em posição de poder, sejam mais tolerantes na prática, devido ao relativismo que em tese pregam, do que aqueles que criticam e combatem. (CARDOSO, 1997, p. 20).

Tais indagações parecem ter provocado reações diferenciadas: de um lado, levaram alguns a reafirmarem a existência de uma “realidade objetiva”, procurando até mesmo revitalizar modelos clássicos, como o marxismo renovado de E. P. Thompson⁵,

⁵ A renovação promovida por Thompson (1987) pode ser encontrada na obra “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”, uma análise que procura abordar a classe operária em seu processo de constituição,

enquanto outras romperam com todo e qualquer parâmetro da modernidade. Nesse sentido, há uma visível contribuição de Foucault, na medida em que fomentou uma sequência muito dinâmica de produções voltadas para as bases epistemológicas de produção da narrativa histórica, levando a um reconhecimento de como havia sido instituído o paradigma da modernidade.

É importante observar que Foucault, na forma como abordou os saberes constituídos, acenou para a perspectiva da descontinuidade e da desnaturalização do objeto. O passado, segundo esta perspectiva, se desorganizava e, sendo assim, o fio da continuidade se desfazia levando a uma inviabilização do projeto de síntese e de totalidade.

Fundamentalmente, o filósofo projetou luz sobre campos até então ignorados pela historiografia – considerados como campos periféricos – que habitavam a noção de superestruturas e, portanto, não merecedores de serem abordados.

O que se pode observar é que até mesmo os historiadores que não abraçaram a proposta de Foucault, não puderam prescindir das noções de discurso, de poder disciplinar e, sobretudo, da contundente crítica à ideia da transparência da linguagem. Uma grande maioria, contudo, optou pela substituição da História, com letra maiúscula, pelas histórias, com letra minúscula. Estas últimas, posições mais radicalizadas, culminaram, no campo da história, na desqualificação completa do estatuto da modernidade. Cabe até considerar se, tais posições não foram assumidas pela necessária sobrevivência no meio acadêmico – também um “lugar de poder”.

5 Conclusão

Diante do exposto, o que por ora se pode afirmar como um balanço dessas proposições é que a história prossegue, em meio às contribuições e ao desconforto produzido por Foucault.

A legitimidade da história, sustentada, entre outras coisas, por conferir identidade às sociedades humanas, segue não apenas oscilando entre opostos, mas buscando articular propostas metodológicas e assim superar as fragilidades das velhas concepções.

Interessante é pensar que, no embalo do impacto de Foucault e de outras referências para o meio historiográfico, talvez tenha havido uma supervalorização de

como um fazer-se, inaugurando uma outra concepção de classe social por romper a rigidez dos esquemas interpretativos.

contribuições pontuais, ainda não de todo amadurecidas, que não isentam o historiador de um esforço contínuo na busca do enfrentamento dos problemas que cabem à esfera da história.

Por meio de Foucault e de outras referências, todas as críticas a uma história historicizante não devem ser desprezadas: a recusa da visão linear da história, a valorização da possibilidade de caminhos diversos, a crítica aos saberes permeados pelas relações de poder, entre tantos outros aspectos

Como proposta, talvez, fique uma tentativa de recepcionar Foucault de uma forma mais criteriosa, que suscite o contato mais estreito e rigoroso com suas obras e contribuições buscando alguma compatibilização entre abordagens globalizantes e análises microscópicas na investigação histórica.

Nesse sentido, pensar em que medida Foucault sustenta ou não a noção de “morte da História” parece relevante. É importante ressaltar que aprendemos com o filósofo que talvez mesmo as posições que afirmam esse postulado, devam ser concebidas como falas que num dado momento foram autorizadas, e como tais, são oriundas de “lugares de poder”. Logo, decretar a “morte da história” de forma tão taxativa parece contrariar o próprio Foucault em suas formulações.

Como uma última constatação, a apropriação das observações de Vainfas (1997) parece válida: fundamental é percorrer a trajetória da história marcada por caminhos e descaminhos. Isto posto, falar em “fim da história” ou em uma “anti-história” é ideia desprovida de sentido que encerra um debate ainda muito profícuo.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O Campo Histórico. As especialidades e abordagens da História.** Rio de Janeiro: Celta, 2002.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Um historiador fala de Teoria e Metodologia.** Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CASSIRER, Ernest. Antropologia Filosófica: Introdução a uma filosofia da cultura. In: CARDOSO, Ciro F. **Um historiador fala de Teoria e Metodologia.** Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.p.47-48.

FALCON, Francisco J. Calazans. Historia e Representação. In: **Representações - Contribuição a um debate transdisciplinar.** Campinas: Papirus, 2000, p 41-63.

FONTANA, Josep. **História – análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

RAGO, Margareth. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

REIS, José Carlos. **A História, entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1999.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. I, II, III.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro.F.; VAINFAS, Ronaldo.(orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp.441-449.